



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Educação do Campo no Instituto de Educação Josué de Castro:

a formação de educadores no interior do Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra

Julio César Torres

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

Como citar: TORRES, J. C.; FERNANDES, S. A. S. Educação do Campo no Instituto de Educação Josué de Castro: a formação de educadores no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In*: DAL RI, N. M. (org.). **Educação Democrática, Trabalho e Organização Produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 269-290.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p269-290>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO: A FORMAÇÃO DE EDUCADORES NO INTERIOR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Julio Cesar Torres
Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

INTRODUÇÃO

O tema Educação do Campo tem se constituído em objeto de investigação em dissertações, teses, projetos de pesquisa realizados no âmbito de universidades e no interior dos movimentos sociais. Desde os anos 1990, devido às manifestações dos movimentos sociais e às tentativas de cunhar o termo *educação do campo* em oposição à concepção de educação rural prevalecente no país desde os anos 1940, inúmeras pesquisas foram realizadas com o intuito, muitas vezes, de apresentar experiências e práticas pedagógicas, analisar casos específicos de educação do campo realizados por movimentos sociais do campo e pequenos agricultores. Outras pesquisas, de cunho mais geral, procuravam analisar os fundamentos pedagógicos, as políticas educativas e de financiamento da educação do campo. Algumas pesquisas dedicaram-se a analisar especificamente a educação do

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p269-290>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e as experiências realizadas em escolas do campo e escolas itinerantes, nos assentamentos e acampamentos organizados pelo MST. Poucas pesquisas tiveram por objetivo analisar a formação de educadores do MST.

A educação para os trabalhadores do campo é uma das bandeiras de luta do MST, desde a sua constituição como movimento social. A conquista da terra é a principal frente de atuação do Movimento, mas faz parte de um projeto de transformação social que pensa o acesso à educação, porém, não a educação elitista, mas, sim, a educação que leva em consideração as necessidades e especificidades dos trabalhadores do/no campo. A conquista da Educação do Campo e da Terra para o trabalho, portanto, faz parte de um mesmo processo, que orienta as práticas do Movimento.

Ao reivindicar uma educação popular, não voltada às elites e que atenda às necessidades dos trabalhadores do campo, o MST promoveu a criação de escolas e cursos de formação próprios, cursos em parcerias com universidades, e escolas do campo em parcerias com governos estaduais e municipais. Em geral, as escolas de educação básica consideradas do MST são escolas municipais ou estaduais que contam com a gestão e atuação docente de profissionais que integram e/ou são formados pelo Movimento, compartilham e simpatizam com os ideais do Movimento¹. Os cursos de formação de nível técnico ou superior são realizados em parceria com universidades, e ocorrem em escolas do Movimento ou nas universidades.

Uma das estratégias do MST para contar com educadores e gestores integrados aos ideais do Movimento foi a realização de cursos de formação inicial, de nível técnico e superior. Um desses espaços formativos é o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), situado no município de Veranópolis, Rio Grande do Sul, criado em 1995 e reconhecido legalmente pelo Conselho Estadual de Educação em 1997. Os documentos e publicações do IEJC apresentam-no como resultado de uma “[...] disposição coletiva de construir uma escola dos trabalhado-

¹ Conforme entrevista concedida aos pesquisadores em dezembro de 2014 por Diana Darós, então Diretora do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC). A entrevista foi realizada na sede do próprio Instituto, no município de Veranópolis (RS).

res, com um projeto formativo fincado em suas lutas e forjado por seus protagonistas”. (CALDART, 2013, p. 20)

Neste texto, o objetivo é apresentar uma trajetória da formação de educadores pelo MST, a partir da análise da atuação do IEJC. Apresentam-se os resultados da investigação realizada sobre a formação de educadores do MST, como parte do projeto de pesquisa mais amplo.

No âmbito do eixo de Formação de Educadores², definiu-se por objetivo entender de que maneira ocorre e é formulada a política de formação dos educadores no interior do Movimento, descrever os princípios pedagógicos do MST e investigar as políticas que subsidiam a formação de educadores no/pelo Movimento.

A investigação foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas com gestores e educadores do IEJC e do MST. Realizou-se, inicialmente, amplo levantamento bibliográfico a respeito do tema formação de professores no MST. O levantamento bibliográfico inicial nos levou a reconsiderar as palavras de busca para a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que a maior parte dos artigos e livros que tratam da temática pesquisada, bem como os documentos oficiais de Educação do Campo utilizam o termo *educador* e não *professor*. Definiu-se, desse modo, que adotariamos na pesquisa o uso da expressão *formação de educadores*, pois entendemos que essa denominação traz, em si, parte dos princípios educativos do Movimento. Entender a formação de educadores na concepção do MST e suas experiências formativas passou a ser a nossa preocupação central de pesquisa. Neste texto, limitamo-nos a contextualizar historicamente a origem do tema para o Movimento, evidenciar a diferença entre a concepção de formação de professores e de formação de educadores no interior da proposta de educação do MST, e descrever algumas das experiências de formação de educadores pelo MST, a partir das ações do IEJC.

A pesquisa bibliográfica, realizada a partir dos termos *educação do campo*, *formação de educadores*, *formação de educadores do campo* em periódicos qualificados na área de Educação, considerou, também, a trajetória

² Integrava o eixo, além dos autores deste texto, a discente Luciana da Silva Rocha, do curso de Ciências Sociais da FFC/Unesp, bolsista de Iniciação Científica CNPq.

de pesquisadores vinculados ao MST, como, por exemplo, Roseli Salete Caldart (1997, 2013), João Pedro Stédile (2001) e Bernardo Mançano Fernandes (2000, 2007), além de dissertações e teses sobre o tema.

O levantamento bibliográfico de teses e dissertações foi realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), organizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Buscamos os termos *formação de educadores*, *educação do campo* (1 registro), *formação de educadores do campo* (16 registros), *formação de educadores* (217 registros, dos quais apenas 21 abordavam a formação de educadores do campo), *educação do campo* (325 registros). É importante mencionar que as teses e dissertações que versam sobre Educação do Campo, em grande número, não tratavam da educação do MST, nossa temática de investigação. Desse levantamento inicial, selecionamos 11 dissertações e teses para análise, pois se aproximavam da nossa temática de pesquisa, as quais foram incorporadas à produção deste texto.

A pesquisa documental percorreu a análise de documentos específicos da Educação do Campo e dos cadernos e documentos do MST. Foram analisados os seguintes documentos: Caderno de Educação n° 8 (MST, 1996); Caderno de educação n° 9 (MST, 1999); Boletim de Educação n° 8 (MST, 2001); Cadernos do ITERRA n. 1 (ITERRA, 2001a), n. 2 (ITERRA, 2001b), n. 10 (ITERRA, 2004b), n. 11 e 13 (ITERRA, 2007); Proposta metodológica do curso de magistério turma VI do IEJC, turma de 1997 (ITERRA, 2002).

Realizamos, também, entrevistas semiestruturadas com dirigentes do MST e pesquisadores que investigam o MST e a Educação do Campo. As entrevistas realizadas com a diretora do IEJC, Diana Darós, e com o Coordenador do Setor Nacional de Produção do MST, Daniel Pereira³, foram de fundamental importância para as análises. No âmbito do projeto de pesquisa como um todo foram realizadas, também, entrevistas com Bernardo Mançano Fernandes (2014), Alexandre Santos (2013), Maria Orlanda Pinassi (2013) e outros pesquisadores e lideranças do MST.

³ As entrevistas e a pesquisa documental foram realizadas na sede do IEJC, no mês de dezembro de 2014.

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES NO MST

A proposta educacional do MST faz parte das reflexões do Movimento desde as primeiras ocupações e assentamentos, pois crianças e adultos precisavam de escolas, mesmo nas condições de escassez de recursos materiais nos acampamentos. Além disso, os integrantes do movimento social tinham clareza de que as escolas oferecidas pelo Estado nas áreas urbanas não atendiam às necessidades dos trabalhadores do/no campo.

O documento do ITERRA nº 1, com o título *Memória Cronológica do ITERRA* (ITERRA, 2001a), apresenta que, em 1988, o Movimento iniciou os debates para a criação de uma escola dos movimentos populares do campo no Rio Grande do Sul, o que se efetivou com a criação do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), em Sarandi (RS), e a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP), cujo Departamento de Educação Rural (DER), com sede em Braga (RS), propôs a realização de seminários temáticos e de Curso de Magistério, de nível médio, iniciado em 1990. No mesmo ano, o Coletivo Nacional do Setor de Educação reuniu-se para desencadear o processo de elaboração da proposta de Educação do MST e, em 1991, foi publicado o documento Caderno de Formação nº 18, com o título “O que queremos com as escolas dos assentamentos”. (ITERRA, 2001a, p. 7-17).

Foi neste ambiente que o MST formulou um projeto educacional cujos objetivos mais relevantes são: educar as pessoas para o trabalho coletivo; estimular a permanência dos jovens no campo; e possibilitar uma formação política e ideológica aos assentados. (DAL RI, 2004, p. 27)

Com base nas experiências das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), relatadas nos seminários realizados pela FUNDEP, o MST organizou cursos de magistério nos municípios de Braga e Três Passos, tendo como um dos princípios organizadores a alternância entre Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Esses cursos são considerados as primeiras experiências do Movimento em formação de educadores, e destinavam-se a educadores que atuavam nas escolas do campo e à formação de adultos.

Na concepção do MST, a Pedagogia da Alternância é um princípio pedagógico e de organização das escolas do campo, que possibilita a formação integral do educando, pois articula teoria e prática, numa concepção que ressalta o trabalho como princípio educativo e formativo.

Vale ressaltar, contudo, que, nos documentos iniciais do MST, a denominação Educação do Campo não está presente. Os documentos se referem à educação popular para o meio rural (ITERRA, 2001a, p. 29), escolas do meio rural (ITERRA, 2001b, p. 10), educação para os povos do campo. A expressão Educação do Campo, como sinônimo da identidade e modelo de educação reivindicada pelos movimentos sociais, passou a ser cunhada no final dos anos 1990, com a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Em 2004, realizou-se a II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, reafirmando a expressão.

Fruto da organização dos movimentos camponeses, essas conferências são um marco na definição de uma agenda política para a Educação do Campo. Nota-se que, nessas primeiras conferências, a luta ainda estava centrada na Educação Básica do Campo, o que mudou no início dos anos 2000, com a instituição do Programa Nacional da Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), que financia a realização de cursos de formação em nível superior, além de cursos de nível médio integrado ao profissionalizante.

A promulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1/2002 (BRASIL, 2002), e das Diretrizes Complementares para a Educação do Campo, Resolução CNE/CEB nº 02/2008 (BRASIL, 2008) é resultado da organização e do debate político promovido por esses sujeitos sociais coletivos. Nesse sentido, “[...] as Diretrizes Operacionais têm o significado de construção democrática na forma de ampliação do Estado como espaço, por excelência, da política.” (MUNARIN, 2006, p. 19).

Vendramini (2007, p. 123) alerta, contudo, que:

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos.

Caldart (1997) ilustra a preocupação com a educação em quatro períodos. No primeiro período, de 1979 a 1984, as preocupações eram com a educação em acampamentos, já que crianças acampadas necessitavam de escolas, porém, não uma escola comum, mas uma escola que atendesse às necessidades de valorização dos trabalhadores do campo.

Um fato que certamente contribuiu para que a preocupação coletiva aumentasse foi o de que em algumas escolas de assentamentos começaram a trabalhar professoras/es de fora que desconsideravam toda a história daquelas famílias, muitas vezes tentando fazer com as crianças um trabalho ideológico contra a Reforma Agrária. Talvez tenha sido este conflito uma das origens da discussão sobre o que seria chamado depois de uma *escola diferente*. (CALDART, 1997, p. 31 grifo da autora).

O segundo foi o período de 1985 a 1988/89, com a criação do Setor de Educação e início da articulação nacional. Em 1987, um Encontro ocorrido no Espírito Santo, com a participação de representantes de sete estados, levantou duas questões para a elaboração pedagógica: “O que queremos com as escolas de assentamentos? e como fazer a escola que queremos? Ou seja, uma dupla combinada preocupação: com as diretrizes políticas de nossa luta no campo, e com a ação cotidiana nas escolas existentes”. (CALDART, 1997, p. 32) Também foi nesse período que o Setor de Educação organizou a luta pela escola pública de 1ª a 4ª séries nos assentamentos, além de unir professores e representantes das comunidades para discutir a concepção de *escola diferente*.

O terceiro período compreendeu os anos de 1989 a 1994, no qual ocorreu, segundo Caldart (1997), um avanço organizativo e de elaboração pedagógica. Acontecimentos como a constituição de um Coletivo Nacional de Educação, o início da primeira turma do Curso de Magistério em 1990, o início do registro da proposta de educação para assentamentos, por meio dos Cadernos de Formação, e a abertura de frentes de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos e Educação Infantil são marcantes nesse período.

O quarto período iniciou-se em 1995, e ainda está em curso. Esse período é marcado pela “[...] *consolidação das novas frentes de trabalho e de novas*

formas de organicidade e de relações externas para viabilizá-las". (CALDART, 1997, p. 37, grifos da autora) Em 1996, foram conquistados convênios e parcerias nacionais e estaduais. Assim, é possível dizer que a luta e a ideologia do MST contribuíram para a *escola diferente*, uma vez que o Movimento almejava uma educação que promovesse a formação crítica e a emancipação dos trabalhadores do/no campo, alinhada aos seus propósitos.

A sistematização desses propósitos aparece no Caderno de Educação n. 8, denominado *Princípios da educação no MST*. Esses princípios são divididos entre filosóficos e pedagógicos. O primeiro diz respeito à visão de mundo, à concepção de pessoa humana, à sociedade e ao entendimento do que é a educação pelo Movimento. Remete aos objetivos estratégicos do trabalho educativo no MST. O segundo se refere ao modo de pensar e fazer a educação com a finalidade de se concretizarem os princípios filosóficos. (MST, 1996, p. 4)

Dentre os diversos princípios defendidos no citado documento, destacamos para a nossa discussão o princípio da *Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores*. Nesse princípio, é ressaltada a importância da reunião dos educadores em coletivos pedagógicos para discutirem práticas de educação a fim de melhorá-las, além de reuniões de educadoras e educadores para estudo, planejamento e avaliação de suas aulas. "Sem uma coletividade de educadores não há verdadeiro processo educativo". (MST, 1996, p. 21)

De acordo com Fernandes (2014), em entrevista concedida aos pesquisadores do Projeto, em grande medida, as escolas do MST são controladas pelo Estado. E, na maioria das vezes, as autoridades não aceitam que a comunidade proponha como deve ser. Apenas 10% das escolas, no máximo, têm hegemonia do MST: "[...] no Pontal, temos 20 escolas. O MST controla 1 ou 2. A comunidade só se interessa quando o professor é forte, bem organizado".

[...] o MST, e por consequência sua concepção de Educação do Campo, busca na proposta e na prática da Pedagogia Socialista Soviética elementos como atualidade, auto-organização e coletividade que têm se firmado nos principais diferenciais de seu fazer pedagógico. Conforme D'Agostini (2009, p. 117), 'Tanto

nos documentos como em alguns cursos formais de formação de professores é clara a influência da experiência do leste europeu com os pedagogos socialistas (Krupskaia, Pistrak, Makarenko, sob orientação de Lênin)'. (VERDÉRIO, 2013, p. 52).

Desse modo, a escola é entendida como um lugar de estudo e de trabalho. Além do trabalho na gestão da escola, o MST também organiza trabalhos ligados à terra, como cuidar do pomar, de uma horta, a criação de animais, e em agroindústrias. A prática dessas atividades levaria a criança a ter noção da importância social do trabalho (MST, 1999). Na concepção de Verdério (2013), a Pedagogia do Movimento é influenciada pela Pedagogia Socialista e pela Educação Popular:

Duas experiências históricas da luta da classe trabalhadora que têm orientado a luta e o fazer da Educação do Campo no Brasil, são as experiências da *Pedagogia Socialista* e da *Educação Popular*. Também, tem sido referência para a luta por uma Educação do Campo a *Pedagogia do Movimento*. No âmbito da *Pedagogia Socialista*, a luta por uma Educação do Campo tem buscado elementos como atualidade, auto-organização e coletividade. No âmbito da *Educação Popular*, a Educação do Campo firma-se na leitura da realidade e na atuação política sobre ela. No âmbito da *Pedagogia do Movimento*, o próprio Movimento Social é tido como o sujeito educativo por excelência. (VERDÉRIO, 2013, p. 42)

Partindo desse pressuposto, da realidade do trabalhador rural, a Pedagogia do Movimento é considerada revolucionária por assumir o desafio de proporcionar escolarização para que o camponês se desenvolva política e socialmente, para militar em prol de seus interesses como assentado ou acampado.

A proporção de educadores leigos no campo atuando no ensino fundamental, de 1ª a 4ª séries, declinou acentuadamente no período de 2002 a 2005. De fato, esse grupo diminuiu de 8,3% para 3,4% do total de educadores em exercício nas escolas do campo. No entanto, devemos considerar, ainda, como leigos, aqueles educadores que, apesar de terem formação em nível médio, não são portadores de diploma de ensino médio normal ou superior: “[...] embora a formação superior formal não garanta por si as condições

necessárias para a docência, proporciona um maior nível de compreensão, principalmente de conceitos complexos, que compõem os próprios materiais editados pelo MST”. (MARTINS, 2004, p. 103).

É grande a preocupação do MST em ter educadores preparados para contribuírem com o “[...] acompanhamento político e organizativo, e acompanhamento pedagógico para garantir que as escolas não percam o vínculo com o Movimento e realizem um projeto educativo coerente com a realidade dos Sem Terra e com os valores construídos em sua organização”. (MST, 2001, p. 5) Tendo em vista que o Movimento entende que a ação faz parte da dimensão educativa, o MST forma seus educadores por meio da coletividade e da auto-organização, além de considerar a importância de cultivar em si e nos educandos a “sensibilidade humana, os valores humanos” (MST, 1999, p. 11). Para ser educador(a) em uma escola do MST, é preciso ser:

[...] conhecedora da realidade do campo e sensível aos seus problemas; a favor da reforma agrária, lutadora do povo e amiga ou militante do MST. É preciso se desafiar a compreender a história do MST e a conhecer as marcas deste Movimento, que é político e pedagógico ao mesmo tempo. Isto implica em procurar entender a cada dia os traços do MST que em seu movimento constrói a sua identidade: o ser Sem Terra. Isto exige: sensibilidade humana e abertura para reeducar nas relações os seus valores; disposição de participar de um processo construído coletivamente pelas educadoras nele inseridas, com a participação ativa dos educandos e de toda a comunidade; capacidade de trabalho cooperado, de ser um coletivo educador; romper com a visão de repasse de conteúdos e se desafiar a trabalhar saberes e a tratar pedagogicamente a luta, o trabalho, a vida como um todo. (MST, 1999, p. 16-17)

Visando à formação de educadores, o MST sugere que “[...] todas as educadoras precisam de uma formação diferenciada e permanente em vista de compreender seu papel no processo educativo, por isto devem participar pelo menos do coletivo das educadoras”. (MST, 1999, p. 17). A participação nesses coletivos seria impraticável para professores urbanos e sem vínculo com o Movimento, pois, devido aos seus contratos com o Estado, não seriam liberados para exercer tal atividade. Sobre o cultivo desses

valores que reafirmam e valorizam a identidade sem-terra, Beltrame (2002, p. 20-21) assevera que “[...] o MST, porém, aposta numa escola que contribua para a afirmação desse mundo, na medida em que promove a cultura camponesa, trazendo para as práticas escolares seus saberes e riquezas”.

Nesse sentido, reiterando os desafios da formação de educadores, em entrevista, Alessandro Santos (2013) afirma que, devido à rotatividade de educadores, é preciso retomar a formação todo ano.

Retomar a proposta pedagógica, questionar o Estado para a fixação de professores, luta por concursos públicos próprios para educação do campo, na tentativa de que tenham mais tempo, um contrato específico [temporário], mas que possa permanecer mais na escola.

Além disso, afirma que a “[...] escola também tem dificuldades, professores do quadro que não compartilham das mesmas perspectivas que temos de formação etc” (SANTOS, 2013). Embora haja desafios, problemas de infraestrutura na Educação do Campo, Santos (2013) revela que o MST tem escolas com bom desempenho, como é o caso das escolas itinerantes, porque têm o controle total do MST, além de possuir educadores formados pelo Movimento. Apesar de dificuldades materiais, com relação ao pedagógico, afirma que as escolas do Movimento são mais avançadas do que as escolas ligadas aos sistemas municipais ou estaduais.

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO

O Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), localizado no município de Veranópolis (RS), completou 24 anos de funcionamento em janeiro de 2019. É uma escola de formação do Movimento e possui cursos de Ensino Médio Profissionalizante, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos técnicos e o Curso Normal de nível médio que preparava educadores para atuarem na educação infantil, no ensino fundamental e no EJA. A partir de 2001, iniciou cursos de educação superior por meio de parcerias com universidades públicas, com o início da primeira turma do Curso de Pedagogia da Terra.

O Instituto surgiu da preocupação em formar técnicos, educadores e militantes ligados aos assentamentos, aos acampamentos e à causa do Movimento. A escola está sob a hegemonia do MST e o seu funcionamento ocorre por meio da gestão democrática, na qual todos os membros da escola são chamados a participar da condução real da vida escolar e “[...] de um jeito que pudesse garantir, ao mesmo tempo, o aprofundamento teórico, a capacitação, a qualificação no engajamento social e a reprodução da sua existência”. (CALDART, 2013, p. 171)

O ITERRA foi uma associação educacional de pesquisa vinculada ao projeto político-pedagógico do MST, e foi mantenedora do IEJC. A partir de julho de 2008, a nova mantenedora passou a ser o Instituto de Pesquisa e Educação do Campo (IPE - Campo).

Em 2006 ocorreu um novo ajuste no processo de gestão da escola, motivado pela decisão da mantenedora de centralizar a administração financeira de suas diferentes unidades, o que tirou parte da autonomia econômica do IEJC. Essa medida integrava um cenário que foi acirrado ao longo desse ano, em função de ajustes a novas exigências legais de prestação de contas dos projetos de financiamento da mantenedora e de problemas com o Tribunal de Contas da União (TCU). A partir de 2007, foi necessário terceirizar os serviços de alimentação, hospedagem e manutenção da estrutura física da escola, o que impôs uma mutação na forma organizativa do instituto que não era compatível aos objetivos e ao processo pedagógico instalado. Desde aí se fazem sistemáticos ajustes no processo de organização do trabalho e da gestão, readequando-o às circunstâncias atuais sem deixar de considerar seus objetivos formativos. (CALDART, 2013, p. 63-64)

Nesse centro de formação, educadores e educandos são chamados a participar do processo de gestão. Uma nova práxis é cobrada dos agentes históricos não só no aspecto organizativo, mas também na condução da vida social, atribuindo às pessoas as suas responsabilidades e, também, garantindo seus direitos. É preciso utilizar todos os recursos acumulados pela cultura no desenvolvimento de uma educação emancipatória. O IEJC funda seus princípios primeiramente em Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido, e aprofunda o sentido de superação da opressão com os conceitos de República do Trabalho de Marx, o trabalho como princípio edu-

cativo da Escola do Trabalho de Pistrak, a escola como coletividade de Makarenko, o ambiente educativo de Vigotsky, o trabalho como atividade educadora de Leontiev e o politecnismo de Shulgin. (CALDART, 2013)

Embora o IEJC seja uma escola nacional, a maioria de seus estudantes é da região Centro-Sul, muito provavelmente pela proximidade geográfica. (CALDART, 2013). O nome foi escolhido como uma homenagem a Josué de Castro. A indicação foi “[...] sugestão das instâncias nacionais do MST e aprovado pelos grupos de estudantes e educadores presentes na escola no período dessa definição”. (CALDART, 2013, p. 40) “O termo instituto foi utilizado para que legalmente a escola pudesse abrigar o curso Normal, que aconteceu até 2010, quando foi realizada a formatura da 12ª turma. [...] Depois disso, não houve demanda à escola para novas turmas desse curso” (CALDART, 2013, p. 56-57), provavelmente, pela exigência em lei de curso superior para a formação.

A experiência de pedagogos socialistas, como Makarenko e Pistrak, e a educação popular, servem de referência para a educação proposta no IEJC. A educação popular tem como objetivo a justiça social, a transformação da sociedade, o seu sujeito é o oprimido/marginalizado, o seu método é o do diálogo, da participação em espaços não formais. No IEJC, “[...] o *movimento* é assumido como matriz formativa por ser a chave da interpretação dialética da história, a chave de leitura do processo educativo e a base para que possamos nos perceber como partes do Movimento e em movimento”. (CALDART, 2013, p. 24, grifo nosso)

“Os cursos do IEJC estão organizados em etapas, cada uma constituída de dois grandes Tempos, o Tempo Escola [TE] e o Tempo Comunidade [TC]”. (ITERRA, 2007, p. 21). Esse regime de alternância está na escola desde a sua fundação, em 1995, e tem como objetivo não desraizar o educando do trabalho de origem e da dinâmica dos movimentos sociais. É um meio de afirmar a escola como espaço de formação conectado com a comunidade. O TE consiste na realização de atividades no próprio IEJC. Em regime de internato, “[...] este tempo é organizado através de tempos educativos menores conforme a estratégia pedagógica definida em cada momento. É um tempo que varia de um a três meses, dependendo das características de cada curso e da agenda geral de atividades do IEJC”

(ITERRA, 2007, p. 21). O TC é o período em que o estudante realiza atividades delegadas pelo IEJC, de aplicação prática em seu acampamento/assentamento de origem: “[...] é um tempo que varia entre dois e quatro meses [...]” (ITERRA, 2007, p. 21-22).

A alternância auxilia na organização da escola, pois, enquanto uma turma está no TC, a outra está no TE. É uma configuração diferente do período escolar convencional, porque, ao contrário deste, que tem férias duas vezes ao ano, na metade e no final do ano, os Tempos mudam a cada três meses, e os educandos são liberados dias antes das festas de fim de ano e retornam em janeiro. O IEJC comporta, no máximo, três turmas concomitantemente.

Os tempos educativos são para potencializar o processo pedagógico para além da sala de aula, e ampliar as tarefas educativa e social da escola. Os cursos para formação de educadores do campo, organizados sob o regime de alternância, “[...] têm permitido intencionalizar, desde o início do curso, o vínculo imprescindível entre teoria e prática”. (VERDÉRIO, 2013, p.46)

Os participantes dos cursos do IEJC são provenientes dos acampamentos ou assentamentos de Reforma Agrária de todo o Brasil, e dos movimentos articulados à Via Campesina. O aluno deve ter concluído o ensino fundamental, ser maior de 18 anos, “[...] estar exercendo alguma atividade de formação e ser indicado pelo Setor de Educação do MST” (MST, 1997, p. 3). A indicação dos participantes é feita pelas comunidades, assentamentos ou acampamentos.

Outro aspecto do IEJC é a formação integral, ou seja, a educação omnilateral⁴, a qual relaciona formação cultural, político-ideológica e técnico-profissional. A formação omnilateral realiza-se, para o MST, no trabalho.

Santos (2013) afirmou em entrevista que, como há gestão democrática nas escolas e auto-organização, o MST vai além e entra na dimensão do currículo, discutindo, na totalidade, a perspectiva da gestão participativa desde os núcleos setoriais, as várias áreas da escola, horta, pomar,

⁴ Para uma discussão desse problema, ver Machado (2003).

de ajuda à comunidade, da comunicação e outras tarefas como limpeza, merenda e estética da escola.

Não é meramente trabalho pelo trabalho, planejar e pensar as tarefas. Não temos nas escolas, servidores suficientes para fazer isso. Ampliar o aspecto formativo, de responsabilidade, não queremos formar um mamífero de luxo, a gestão está muito colada ao trabalho na escola. (SANTOS, 2013)

A escola oficial está muito mais para reprodutora dos laços sociais estabelecidos, dos interesses dos grupos dominantes, do que para a emancipação e a autonomia dos indivíduos: “[...] o IEJC é uma escola que dialoga com outras experiências de escola, como também o risco de reproduzir aquilo que sempre quisemos superar, ou seja, a forma escolar tradicional e os objetivos a que serve em uma sociedade capitalista”. (CALDART, 2013, p. 58)

O IEJC, caso fosse colocado em uma escala de graus de controle do Movimento sobre a metodologia de ensino, estaria no grau máximo de controle. O curso de Magistério considera os princípios da educação do MST e as propostas pedagógicas do ITERRA, bem como da Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro.

O objetivo geral do curso de Magistério (atualmente chamado de Normal Médio) do IEJC são: formar quadros para o MST; formar e titular educadores para as áreas de Reforma Agrária; prosseguir na construção da proposta pedagógica para as escolas do meio rural, vinculadas aos desafios da luta pela Reforma Agrária em nosso país (MST, 1997, p. 2).

O IEJC, a partir de março de 2002, teve como experiência acolher cursos de nível superior em parcerias entre o ITERRA e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), no curso de Pedagogia da Terra da Via Campesina, formando duas turmas entre 2002 e 2007. Entre os anos de 2007 e 2011, uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB) formou uma turma no curso de Licenciatura da Educação do Campo. No período de janeiro de 2010 e dezembro de 2011, aconteceram no Instituto duas etapas do TE do curso de Especialização no Ensino de Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo. Essa foi uma parceria entre o

ITERRA e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2012, foi construído um projeto para a realização do curso de Licenciatura em História em parceria com a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Câmpus Erechim, no Rio Grande do Sul.

As parcerias entre universidades e MST ampliaram a oferta de formação em cursos com formatos semelhantes aos que existem no IEJC. Em decorrência disso, tem sido encontradas dificuldades para atrair estudantes ao Instituto e mantê-lo funcionando, de acordo com o apontado na entrevista pela então Diretora Diana Darós (2014). A etapa preparatória tem registrado aumento no índice de abstenção, e tudo indica que o motivo principal seja a soma entre parcerias com universidades e perfil do estudante. A elevada desistência ao longo das etapas levou à suspensão de uma turma do Curso em Saúde Comunitária, em junho de 2012, considerando que ele não se sustentaria, pois o curso contava com apenas 19 estudantes. Para se ter uma ideia de comparação, as primeiras turmas da escola chegaram a ter mais de 60 participantes.

Em entrevista, quando o tema girava em torno das escolas do Movimento, como a Escola Milton Santos e o IEJC, que propõem o cooperativismo como forma de organizar a produção, Fernandes (2014) disse que não acredita em desistências na forma de organização dessas escolas do MST. Quando perguntado se não seria uma contradição formar os alunos no coletivismo na escola, quando estes irão trabalhar em uma realidade de pequena exploração familiar, o professor respondeu que:

Não vi nenhum aluno que participou desse processo de aprendizado dizer que isso o atrapalhou quando foi trabalhar numa propriedade familiar. Na dimensão econômica não tem dado certo. Mas na social e cultural tem dado certo. Porque na escola comum a desistência é muito alta. E nas escolas do MST isso não ocorre. E a organização coletiva tem muito a ver com isso.

Talvez a insistência do Movimento no trabalho cooperado e coletivo seja o de mostrar a sua relevância social para a formação de quadros técnicos capazes de gerirem empreendimentos associativos que vinham sendo construídos nos assentamentos nas décadas de 1980 e 1990. “O desafio era

sinalizar à sociedade a viabilidade da reforma agrária, tendo cooperativas exemplares, com produção excedente e avançando nas relações sociais para além do lote individual, familiar” (CHRISTÓFFOLI, 2007, p. 73 apud CALDART, 2013, p. 89). Segundo Caldart (2013, p. 111), atualmente, quanto maior a inserção em uma coletividade, maior o potencial educativo, “[...] pois há um esforço de construir relações sociais orientadas por valores humanistas a fim de construir cada detalhe de forma coerente com os princípios da organização coletiva, e é isso que forja o ambiente educativo”. Nesse sentido, o fato de se ter um coletivo forte de educadores, com unidade de ação, facilita o avanço de auto-organização dos estudantes.

Desde os anos 2000, o novo perfil do estudante do IEJC configura-se do seguinte modo: entre 18 e 25 anos, recém-saído do ensino fundamental de escola urbana, sem vivência de acampamento, sem inserção na militância ou trabalho no Movimento. O desafio de capacitar jovem com esse perfil tem sido cada vez maior. Isso acarretou um conflito entre os objetivos da escola, seu método pedagógico e o perfil do estudante. Houve momentos em que a escola teve pressão dos pais para que não fosse tão rígida (CALDART, 2013).

Nesse sentido, há perspectivas de mudanças para o IEJC, como a mudança do espaço físico para uma área de assentamento, ajustes no formato dos cursos e do TE, atender estudantes adultos acima de 18 anos que já tenham inserção de militância, com foco em formação profissional, e comportar cursos de nível médio e superior. Essas mudanças são uma tentativa de manter o propósito de existência do IEJC:

[...] formação profissional [...] é compreendida aqui na relação com a educação básica (ou superior) e sempre combinada a uma formação política e organizativa conforme o projeto político em que nos inserimos (preparação de um ‘profissional militante’) [...] o que é realmente necessário é formar sujeitos capazes de ler criticamente a sua realidade e intervir nela: pelo trabalho, sim, mas também pela luta social, pela organização coletiva, pela cultura. (IEJC, 2008b, p. 2 apud CALDART, 2013, p. 67)

Ao encontro dessas novas perspectivas de mudanças, em 2010, o IEJC iniciou uma turma de EJA Médio, combinada com curso Técnico

em Contabilidade para quem já atua nessa área. Também foram iniciadas discussões, em 2012, para uma terceira turma de EJA Médio combinada com qualificação profissional na agroindústria, visando atender à demanda que passou a ter força no debate do Movimento: a reforma agrária popular. Essa é uma forma de o IEJC reafirmar o seu desafio de formar militantes com capacidade técnica e política para atuar no Movimento.

Quanto à preocupação de o IEJC fazer mudanças no formato dos cursos e na sede da escola para uma área de assentamentos, citamos a tese de José Claudinei Lombardi (2011) que, baseado no marxismo, aponta que a educação não se discute solta ou por si mesma, mas é preciso inseri-la no contexto em que ela se realiza. É a partir desse contexto, pensar o seu processo de transformação.

Como apontamos, destarte, o IEJC é uma escola que faz um esforço para capacitar conforme os princípios pedagógicos do Movimento, articulando teoria e prática por meio dos tempos educativos. É uma escola que, devido às mudanças na base social do Movimento, constituída agora muito mais por pequenos proprietários do que por acampados, precisa resgatar a importância de se capacitar quadros para o MST, tendo em vista que o Instituto é uma escola com hegemonia total do MST. A sua experiência educacional é dialética, pois sua tese, antítese e síntese vão ao encontro dos estágios da luta de classes, no campo especialmente, para se (re) construir a identidade dos sem-terras.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A formação de educadores no MST considera o trabalho como princípio formativo e, como expressão desse princípio, valorizar o conhecimento que os acampados, assentados e educadores possuem passa a ser uma condição para o desenvolvimento dos cursos oferecidos.

Na discussão da Reforma Agrária Popular (RAP), o MST tem feito esforços para adaptar os seus instrumentos às exigências da luta de classes no campo, motivado por dificuldades imediatas na sua realidade ampla, como a não realização da reforma agrária, o crescimento do agronegócio, a

utilização de sementes transgênicas, a mudança do perfil da base social do Movimento e a dificuldade da organização cooperativa nos assentamentos.

A formação de educadores, tanto nas parcerias com as universidades como no IEJC, ocorre por meio da pedagogia da alternância, com Tempo Escola e Tempo Comunidade. Ademais, a auto-organização e a gestão democrática da escola fazem parte da formação. Os professores das universidades parceiras, ao que tudo indica, não estão preparados para receber estudantes oriundos de movimentos sociais, que são pessoas questionadoras.

Tivemos, por objetivos específicos, descrever os princípios pedagógicos do MST, além de vislumbrar que os professores do MST aplicam os princípios pedagógicos do Movimento.

Nosso intuito foi o de acrescentar uma modesta contribuição de atualização ao estudo da educação do MST. Ainda, trouxemos elucidações sobre o Instituto de Educação Josué de Castro, pelos escritos mais recentes de Caldart (2013), que focam a questão da educação no IEJC, além de questões que foram conhecidas ou aprofundadas durante a visita dos pesquisadores ao Instituto em dezembro de 2014.

O Instituto também está sentindo a necessidade de novas perspectivas para continuar existindo e atendendo ao desafio que assumiu, qual seja, o de formar quadros técnico-políticos para o MST. Uma delas é a mudança da sede para uma área de assentamento, visando a atender apenas adultos já inseridos na militância do Movimento.

Pensando nos desafios e na realidade em que vive o MST, pensamos que, por mais notável que o movimento social seja, ainda é pequeno, em termos de forças políticas, para empreender as mudanças que pretende. Enquanto a sociedade não mudar a ordem econômica, o Movimento viverá de pequenas revoluções. Entendemos e acreditamos que o modo de vida e de produção que o MST propõe poderia entrar em vigência, caso tivesse amplo apoio da sociedade.

O Movimento sabe da importância de se fazer conhecer para conseguir legitimidade social e apoio para viabilizar a reforma agrária. Mas a conjuntura é adversa, e a mídia burguesa veicula notícias distorcidas sobre

os militantes e suas lutas. Se a conjuntura fosse outra, poderíamos estar mais próximos de uma sociedade de valores humanistas e socialistas, sem concentração de renda e terra. O mesmo raciocínio vale para a educação do MST. O número de educadores e o total de escolas estão aquém do que realmente é necessário para educar e reproduzir a militância, escolarizar os assentados e acampados. Constitui-se em árduo trabalho, e as mudanças talvez só ocorram em outra sociedade que não esta capitalista.

REFERÊNCIAS

- BELTRAME, S. A. B. Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 28, n. 2, jul./dez., p. 129-145, 2002.
- BRASIL. *Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002*. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- BRASIL. *Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril de 2008*. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- CALDART, R. S. *Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART, R. S. *Escola em movimento*: Instituto de Educação Josué de Castro. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- DAL RI, Neusa Maria. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 318 p.
- FERNANDES, B. M. *Josué de castro: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). Memória Cronológica. *Cadernos do ITERRA*. Veranópolis, ano I, n. 1, fev. 2001(a).
- INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). Instituto de Educação Josué de Castro: Projeto Pedagógico. *Cadernos do ITERRA*. Veranópolis, ano I, n. 2, 2. ed., mai. 2001(b).

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). Instituto de Educação Josué de Castro: Reflexões sobre a prática. *Cadernos do ITERRA*. Veranópolis, ano II, n. 5, 2. ed., out. 2002.

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). O método pedagógico. *Cadernos do ITERRA*. Veranópolis, ano IV, n. 9, dez., 2004(a).

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). Curso normal: projeto pedagógico. *Cadernos do ITERRA*. Veranópolis, ano IV, n. 10, dez., 2004(b).

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio: Sistematização da experiência da turma Olga Benário do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. *Cadernos Iterra*. Veranópolis, ano VII, n. 12, jun. 2007 (a)

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). O Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional. *Cadernos Iterra*. Veranópolis, ano VII, no 13, dez. 2007 (b)

LOMBARDI, J. C. *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas: Alínea, 2011.

MARTINS, F. J. *Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a educação*. Porto Alegre: EST, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Lutas e conquistas*. 2. ed. São Paulo, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST recebe prêmio em Guernica pela luta da Reforma Agrária*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/MST-recebe-premio-em-Guernica-pela-luta-da-Reforma-Agraria>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST recebe prêmio nos EUA pelo incentivo a produção agroecológica*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/MST-recebe-premio-nos-EUA-pelo-incentivo-a-producao-agroecologica>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Princípios da educação no MST*. Porto Alegre: MST, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como fazemos a escola de educação fundamental. *Caderno de Educação*. São Paulo, n. 9, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Pedagogia do Movimento Sem Terra – Acompanhamento às escolas. *Boletim da Educação*. Porto Alegre, n. 8, jun., 2001

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Caderno de Formação n. 18*. O que queremos com as escolas dos assentamentos. 3. ed. Março, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Proposta metodológica curso de magistério turma VI – etapa preparatória*. MST: Veranópolis, 1997.

MUNARIN, Antônio. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo. In:

MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2006.

SANTOS, J. R. Da educação rural à educação do campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas. In: *IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. Aracajú, 2010.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai./ago. 2007.

VERDÉRIO, A. A formação de educadores do campo no Paraná no âmbito do PRONERA e da luta pelo direito à educação. *Revista Tamoios*. São Gonçalo, Ano 09, n. 2, p. 38-55, jul./dez. 2013.